

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Convite oficial para festa de 2 anos gera crise no Planalto](#) 10

Valor Econômico

[Título: União cede à Petrobras mais 2 bilhões de barris](#)..... 13

[Título: Arde a chapa de Geraldo Alckmin](#)..... 15

[Título: CTG inicia segunda fase de modernização de Jupiá e Ilha Solteira](#) 21

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Pressão nos preços 2

Título: Petrobras pede notificação de bancos por ‘cartel do câmbio’ 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo6

Título: O Que Passou Passou 6

Título: Petrobras atinge seu teto de governança na Bolsa 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....8

Título: E o atraso vai vencendo 8

Título: Convite oficial para festa de 2 anos gera crise no Planalto 10

Título: Lucro do BNDES no 1º trimestre cresce 453% e chega a R\$ 2 bi..... 11

Título: Petrobrás vai à Justiça contra oito bancos 12

VEÍCULO: Valor Econômico.....13

Título: União cede à Petrobras mais 2 bilhões de barris..... 13

Título: Consumo de combustíveis perde fôlego e cai em março	14
Título: Arde a chapa de Geraldo Alckmin.....	15
Título: Petrobras se adapta a lei de estatais e deixa de usar licitação por convite	18
Título: Funcionários vão autorizar TCU a ver declaração de IR.....	20
Título: CTG inicia segunda fase de modernização de Jupiá e Ilha Solteira	21
Título: Sem perspectiva de oferta, ação da EDP cai 11% na B3	24
Título: CSN sai do aço nos EUA por US\$ 400 mi.....	24
Título: Petrobras recebe propostas pela PetroAfrica.....	26
Título: Petroleiros se reúnem para discutir greve geral.....	27
Título: Estatal entra na Justiça do Rio contra oito bancos	28
Título: Sanções e tarifas de Trump afetam alumínio	29
Título: Petrobras dá suporte, mas bolsa começa a semana no zero a zero.....	30
Título: Companhia migra para Nível 2 da B3.....	31
Título: BNDES lucra R\$ 2 bi com reversão de provisões e venda de participações	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Pressão nos preços

Com escalada de dólar e petróleo, indústria reduz margens, mas deve reajustar produtos em junho

O aumento nas cotações do dólar e do petróleo nas últimas semanas acendeu o alerta das empresas. Levantamento feito pelo GLOBO mostra que indústrias tão diversas como as de trigo e eletroeletrônicos têm segurado os repasses para evitar a queda no consumo. Mas, com margens mais reduzidas, afirmam que, se a tendência persistir, o consumidor começará a sentir no bolso em junho os reflexos da escalada da moeda americana, que chegou ontem a R\$ 3,62, e do

barril do Brent, que já supera os US\$ 78. Estes segmentos vão se juntar a outros, como a indústria química e a de combustíveis, que já incorporaram no preço dos produtos a pressão nos custos.

Somente neste ano, a divisa subiu 9,5%. O barril do petróleo acumula avanço de 19% até ontem. A expectativa, dizem economistas, é que os preços continuem subindo no mercado internacional em meio a tensões geopolíticas com a saída dos Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã, a expectativas de aumento de juros nos EUA e a incertezas com a eleição no Brasil.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães (Abimapi), as empresas ainda não repassaram para os consumidores os preços maiores do trigo, cujo valor segue a cotação do dólar. Claudio Zanão, presidente executivo da Abimapi, lembra que o trigo mais caro se reflete na farinha de trigo, matéria-prima para pães, que responde por 70% do custo dos produtos.

— As empresas estão absorvendo os custos crescentes e reduzindo suas margens. Estamos tentando segurar o aumento, mas não vai ter jeito. Os custos para as empresas já subiram 10% no último mês. E o repasse vai ocorrer conforme o dólar subir — disse Zanão.

"NÃO VAI CRIAR UM CHOQUE NA ECONOMIA"

O embaixador Rubens Barbosa, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), lembra que o preço para a indústria já subiu 40% neste ano. Um fator adicional de pressão é que os exportadores argentinos estariam adiando embarques de trigo ao Brasil à espera de novos aumentos na cotação do dólar para elevar ganhos.

— A safra brasileira foi ruim, o que ajudou os preços a subirem. Temos um problema para abastecer o mercado até setembro deste ano, quando começa a colheita. Os moinhos brasileiros estão sofrendo com a falta de produto e estão preocupados em saber como vão conseguir atender à demanda. Estamos tentando que o governo autorize a importação de trigo fora do Mercosul sem as tarifas de importação — afirmou Barbosa.

Além dos pães, os fabricantes de eletroeletrônicos evitam aumentar preços num momento de demanda ainda fraca. Mas, segundo Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), se a cotação da moeda americana continuar em alta, o setor terá de repassar para o consumidor. Ele destaca que o segmento de eletroeletrônico importa US\$ 25 bilhões por ano. Desse valor, 60% são componentes para televisores, celulares e computadores.

— As empresas estão segurando repasses, reduzindo margens. Ninguém esperava o dólar tão alto. É uma surpresa para as empresas, que têm seu balanço afetado. Vamos esperar o que acontece com o câmbio até o fim de maio e início de junho. Dependendo da evolução, o repasse vai acontecer, e os descontos, comuns em produtos que estão sendo lançados, vão ser menores — disse Barbato.

O professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Aloisio Campelo destacou que as empresas vivem um momento difícil, pressionadas pela alta de custos e pelo consumo fraco:

— Há um desânimo e uma piora na confiança. As indústrias estão segurando o investimento. Mas as altas de petróleo e dólar pioram as contas das empresas. Se continuar subindo, não tem o que fazer, e haverá repasse. Mas isso não vai criar um choque na economia.

A inflação acumulada em 12 meses até abril está em 2,76%. Nos quatro primeiros meses do ano, porém, a taxa é de 0,92%, o menor patamar para o período desde o Plano Real. O centro da meta de inflação para este ano é de 4,5%.

Diferentemente do setor de alimentação, a indústria química já repassa parte dos custos. Dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) mostram que os preços dos produtos químicos básicos importados subiram 38% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Fátima Giovanna Coviello Ferreira, diretora de Economia e Estatística da Abiquim, lembra que os itens mais comprados no exterior são as matérias-primas para a produção de fertilizantes, defensivos agrícolas e fármacos. Entre o que é importado e produzido no país, os preços dos produtos químicos básicos subiram 7,2% de janeiro a março.

— A indústria química já chegou ao seu limite de redução de custos e melhorias internas. O setor está pressionando seus clientes. Há um limite para repassar os custos. As altas do dólar e do petróleo podem estimular a produção nacional de químicos, que hoje tem ociosidade de 20%. A dependência de importações no segmento deixou o país vulnerável às flutuações do câmbio e dos preços — observou Fátima.

"NÃO DÁ PARA REPASSAR TUDO"

O economista Paulo Bruck diz que não há espaço na economia para um repasse imediato. Ele lembra que o comércio tem buscado novos fornecedores para amenizar as altas nos custos:

— Os aumentos nas cotações refletem a diferença de tempo entre a compra e a chegada da mercadoria. Em razão disso, o efeito na inflação tende a ser um pouco mais demorado.

O consumidor já sente no bolso a alta dos combustíveis. A Petrobras elevou o valor da gasolina para as refinarias de R\$ 1,7072, no dia 14 de março, para R\$ 1,933, no último dia 12, alta de 13,2%. No caso do diesel, o valor subiu 11,7% para R\$ 2,2162. Outros fatores interferem no preço final como os impostos e os reajustes dos revendedores.

Fernanda Delgado, professora da FGV diz que o quadro econômico não permite repasse na mesma proporção: — Não dá para repassar tudo. As cotações do petróleo e do dólar não dão sinais de que vão cair, o que é bom para as petroleiras.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Eliane Oliveira

Título: Petrobras pede notificação de bancos por 'cartel do câmbio'

Estatul movimentou R\$ 168 bilhões nesse mercado em 2017, diz ação

-Rio e Brasília- A Petrobras entrou com uma ação cautelar de notificação judicial no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim no domingo, contra o chamado "cartel do câmbio". Um processo criminal e uma investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) apuram se instituições financeiras atuaram em conjunto para manipular a cotação do câmbio entre 2007 e 2013. Parte interessada, a Petrobras pediu à Justiça a notificação de oito bancos: Santander, Bradesco, BNP Paribas Brasil, BTG Pactual, Citibank, Banco Fibra, Itaú BBA e Société Générale Brasil. O objetivo é interromper o prazo de prescrição "para oportuna propositura da ação judicial para a solução do litígio, caso as partes não se componham amigavelmente em tempo hábil e razoável", argumenta a estatal na ação.

A Petrobras é uma das principais clientes do mercado interno de câmbio. Compra grande volume de moeda estrangeira para importar mercadorias, pagar empréstimos e financiamentos, e vende para repatriar recursos de exportações e captações no mercado externo. A estatal ressalta na ação que, somente no ano passado, negociou mais de R\$ 168 bilhões no mercado de câmbio, volume dividido em transações com diversos bancos, entre os quais os elencados na notificação.

Nessa condição, a Petrobras justifica a ação, com base nas notícias sobre as investigações do Cade. "Os supostos participantes do cartel teriam, de forma coordenada, atuado para influenciar índices de referência dos mercados cambiais, por meio do alinhamento de suas compras e vendas de moeda. Como consequência, acredita-se que essas condutas teriam comprometido a concorrência no mercado de moedas, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes em suas operações de câmbio, com o intuito de aumentar os lucros das instituições participantes, distorcendo os índices de referência do mercado", diz a ação.

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto. Bradesco, BNP Paribas, Itaú BBA e Citi informaram que não comentam assuntos jurídicos. As demais instituições citadas não retornaram o contato.

SALAS DE BATE-PAPO

O cartel do câmbio está sendo investigado pelo Cade desde 2015 em dois processos administrativos. Um dos casos foi detectado no exterior, com impacto no Brasil, e o outro, no mercado doméstico. Segundo o Cade, não há prazo para o julgamento dos processos e também não existe possibilidade de prescrição dos casos que estão sendo examinados pelo conselho. O primeiro processo aberto tinha como foco o mercado externo e só abrangia bancos estrangeiros. Cinco instituições assinaram termos de compromisso para encerrar o processo com o pagamento de R\$ 183,5 milhões. Outros dez bancos continuam sendo investigados.

Em 2016, o Cade iniciou investigação de prática idêntica de cartelização, só que no mercado interno. As condutas anti-competitivas levantadas pelos técnicos do órgão ocorreram, principalmente, nos mercados de câmbio à vista e de futuros (derivativos). Uma das formas de contato entre os bancos, segundo as investigações, se dava, em diversas ocasiões, por meio de salas virtuais de bate-papo. Nesse processo, as instituições alegaram que não foram comprovados danos ao mercado e que a atribuição de tal apuração seria do Banco Central.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: O Que Passou Passou

Mercado Aberto

A Petrobras desistiu de rescindir um contrato com as empresas responsáveis por uma sonda que opera no pré-sal após um acordo extrajudicial.

A estatal liderava um consórcio que tentava cancelar os serviços da Brasdril e da Diamond Offshore desde 2016.

Na época, pagava US\$ 450 mil (R\$ 1,6 milhão no câmbio atual) por dia. O argumento era de que houve descumprimento de normas de segurança.

O acordo estende o contrato até 2020 e foi firmado antes que o processo fosse acolhido pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Um novo valor, menor que o original, foi fixado para as diárias, mas o montante não é divulgado.

Procurada, a Petrobras afirmou que não vai se pronunciar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras atinge seu teto de governança na Bolsa

São Paulo- A Petrobras migrou, nesta segunda-feira (14), suas ações para o Nível 2 da Bolsa brasileira e atingiu seu maior nível de governança na Bolsa brasileira.

Controlada pela União, a estatal não pode migrar para o Novo Mercado, o segmento da B3 com as regras mais rígidas de práticas empresariais.

Hoje, a União detém so,3% das ações ordinárias da companhia, mas apenas 28,7% do capital total, que inclui ações preferenciais —que possuem preferência no recebimento de dividendos ou juros sobre capital próprio.

O Novo Mercado exige que a empresa tenha em negociação apenas ações ordinárias, que dão direito a voto. "Não podemos avançar para o Novo Mercado. Se migrássemos para esse segmento, o governo teria menos de 50% do capital da companhia", afirmou Pedro Sutter, gerente-executivo de governança da petrolífera.

Para Isabela Rocha, gerente-executiva de relações com investidores da Petrobras, a limitação não significa que a estatal não vá adotar práticas de governança exigidas pelo Novo Mercado.

"Muitas das coisas a gente já faz até mais que o Novo Mercado, como a quantidade mínima de conselheiros considerados independentes. Temos, na prática, quase 80%, enquanto o Novo Mercado exige 20%."

Outro obstáculo para a migração ao Novo Mercado é a Lei do Petróleo, que proíbe que as ações preferenciais da empresa deem direito a voto. Essa foi, aliás, uma condição que a Petrobras teve que negociar com a Bolsa para poder migrar suas ações para o Nível 2 da Bolsa, que exige que as ações preferenciais tenham direitos adicionais.

"É uma mudança que a B3 concordou em fazer excepcionalmente pela Petrobras, de ampliar o comitê de minoritários para dar voz aos acionistas. Tivemos de negociar essa mudança junto à B3 e ao acionista controlador", disse Sutter.

Segundo ele, a forma que a estatal encontrou para contornar esse empecilho foi dar mais voz aos acionistas minoritários, que agora poderão opinar sobre decisões importantes para a empresa em Assembleias-gerais.

O Nível 2 da Bolsa traz regras mais rígidas de governança em relação ao Nível 1, em que a estatal estava até sexta-feira. O conselho de administração terá mais membros, por exemplo.

Também foi criado um comitê de acionistas minoritários, formado por um representante dos acionistas ordinários, um dos preferencialistas e um conselheiro independente.

A empresa também passará a divulgar todo dia 10 de dezembro de cada ano o seu calendário anual de eventos societários e corporativos.

As ações da Petrobras reagiram bem à notícia e fecharam em alta, impulsionadas também pela valorização do petróleo no exterior. Os papéis mais negociados subiram 3,14%, para R\$ 26,24. As ações com direito a voto tiveram valorização de 4,15%, para R\$30,15.

Na semana passada, a estatal desbancou a Ambev como a companhia mais valiosa da América Latina. Agora, a empresa tem R\$ 371,4 bilhões em valor de mercado, ante R\$ 341,3 bilhões da gigante de bebidas. Danielle Brant.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Notas e Informações

Título: E o atraso vai vencendo

A situação da Eletrobrás é insustentável. Em vez de induzir o crescimento, ela está parada na contramão, acumulando resultados deficitários. Seu controlador, o Estado, não tem condições de realizar os investimentos necessários. A solução

para o problema é, todos sabem, a sua privatização. Além de dar remédio às deficiências da estatal, a medida tem potencial de produzir efeitos muito benéficos para a economia do País, em tempos de difícil retomada.

Não deixa de ser surpreendente, portanto, a dificuldade encontrada para pôr em andamento o plano do governo federal de privatizar a Eletrobrás. Todos os passos encontram grandes resistências, em boa medida oriundas da própria base aliada do governo. Em agosto de 2017, o governo de Michel Temer anunciou sua intenção de privatizar a Eletrobrás.

Como a Lei 10.848/2004 havia excluído a estatal do Programa Nacional de Desestatização, o Palácio do Planalto expediu, no mês de dezembro, a Medida Provisória (MP) 814/2017, que retirou essa proibição. Tal medida encontra-se ainda em tramitação no Congresso, que parece não ter entendido a urgência do assunto.

Além disso, em janeiro de 2018, o Executivo apresentou ao Legislativo um projeto de lei definindo o modelo a ser adotado na privatização da Eletrobrás. Segundo a proposta do Palácio do Planalto, a desestatização deverá ser feita por aumento do capital social mediante subscrição pública de ações ordinárias. Assim, a participação da União seria diluída, deixando de ser majoritária.

Também seria criada uma ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União (golden share), de modo a assegurar poder de veto sobre algumas decisões de especial interesse público. No momento, o Projeto de Lei (PL) 9.463/2018 aguarda o parecer de uma comissão especial, sem previsão de data para ir a votação pela Câmara.

Como forma de destravar este complicado processo, o governo federal anunciou que incluiria, por decreto, a estatal no Programa Nacional de Desestatização. De fato, na quinta-feira passada, foi expedido o Decreto 9.351/2018 com o teor anunciado. No entanto, surgiu uma pequena novidade. Segundo o ato, o início dos “procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes” à privatização da estatal ficará suspenso até que o Congresso aprove o PL 9.463/2018.

Assim, mais do que agilizar a desestatização, o decreto presidencial oficializou a incerteza. Fez depender do Congresso o início dos trabalhos para a privatização. Essa previsão parece ter sido resultado de uma exigência da Câmara dos Deputados, que almeja precedência no assunto. Tivesse o Congresso uma maioria minimamente sintonizada com o interesse nacional, o texto do decreto não causaria maiores transtornos, já que, diante das evidentes razões para privatizar a Eletrobrás, certamente o PL 9.463/2018 seria rapidamente aprovado.

Como se sabe, a atual composição do Congresso não manifesta especial interesse na privatização da Eletrobrás. A cada dia, constata-se uma nova resistência por parte de alguns políticos, desejosos de continuarem contando com a estatal a serviço de seus interesses. Não querem perder o butim – e por isso é tão preocupante que o Decreto 9.351/2018 determine esperar a aprovação do Congresso.

É sinal de que o pessoal contrário à privatização está conseguindo incluir todos os obstáculos necessários para que a Eletrobrás continue exatamente como está. Nessa demora, quem perde, uma vez mais, é a população. O contribuinte vê-se obrigado a bancar uma estatal deficitária. A infraestrutura do País fica cada vez mais defasada.

O mercado de energia torna-se menos competitivo e, portanto, a conta de luz para as famílias e as empresas fica mais cara. Tem-se, assim, a vitória do atraso. O resultado podia ser diferente, mas para isso o interesse nacional tem de ser defendido com mais empenho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Tânia Monteiro Vera Rosa

Título: Convite oficial para festa de 2 anos gera crise no Planalto

Correspondência traz slogan considerado dúbio por presidente, que manda distribuir nova mensagem

O convite para a cerimônia marcada para hoje pelo Palácio do Planalto, com o objetivo de celebrar os dois anos do governo de Michel Temer, provocou uma crise interna e teve de ser alterado de última hora. Expedido pelo cerimonial do Planalto, o convite trazia o slogan “O Brasil voltou, 20 anos em 2”.

O mote foi considerado desastroso por aliados de Temer porque, sem a vírgula após o verbo, poderia passar a impressão de que o País regrediu duas décadas sob a gestão do MDB. Contrariado, Temer convocou o marqueteiro Elsinho Mouco e **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, para acertar os ponteiros da comunicação do governo. Os convites para a cerimônia voltaram, então, a ter os dizeres dos primeiros exemplares: “Maio de 2016 – Maio de 2018 – O Brasil Voltou”.

Apesar de o governo ter completado dois anos no sábado, no rastro do impeachment da presidente Dilma Rousseff, a comemoração será realizada apenas hoje, dia 15, às 15 horas. Quinze também é o número do MDB na campanha eleitoral. O pré-candidato do MDB e ex-ministro da Fazenda

Henrique Meirelles participará da cerimônia, seguida por uma reunião ministerial ampliada. Temer quer prestigiar Meirelles e dividir com ele o que considera “louros” de seus dois anos de administração.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) – que também pretende concorrer ao Planalto –, e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), além de outros ex-ministros, líderes de partidos aliados e dirigentes de estatais também foram convidados. No evento, Temer fará um pronunciamento enaltecendo o que chama de “legado”.

Uma cartilha com o slogan “O Brasil voltou”, criado no ano passado pelo publicitário Nizan Guanaes, será distribuída durante a reunião. Recheada de gráficos e ilustrações, tem 36 páginas e cita o que chama de “avanços” do governo. O início do texto diz que “o Brasil voltou a ocupar papel central como uma das maiores economias do mundo”. Afirmar ainda que, “depois de vencer a pior recessão econômica da história, o País retomou o crescimento, colocou a pauta da inclusão social novamente na agenda e passou a criar oportunidades para todos os brasileiros”.

A letra V de “Avançamos” é apresentada como um “V” de vitória feito com dois dedos por um homem sorridente. Na lista de “ações e resultados”, de 2016 a 2018, são citados “fila zerada no Bolsa Família”, “mais de 38 mil casas novas por mês no Minha Casa Minha Vida” e “quase R\$ 1 bilhão de economia aos cofres públicos com o combate a fraudes no seguro desemprego”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder / RIO

Título: Lucro do BNDES no 1º trimestre cresce 453% e chega a R\$ 2 bi

Desempenho foi influenciado pelo risco menor de inadimplência e pelo resultado da venda de ações da Petrobrás

Mais confortável em relação ao risco de inadimplência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reduziu o montante de recursos separados em seu balanço financeiro para enfrentar calotes. Por isso, seu lucro líquido saltou 453,4% no primeiro trimestre do ano, para R\$ 2,064 bilhões. O desempenho foi impulsionado também por ganhos com ações na Bolsa. No primeiro trimestre do ano passado, o banco registrou despesa de R\$ 3,316 bilhões com provisões (reservas) para lidar com inadimplência. Este ano, a mudança no valor separado para enfrentar calotes produziu ganho de R\$ 361 milhões.

"As empresas estão com melhor saúde financeira", disse o superintendente da Área de Integridade, Controladoria e Riscos do BNDES, Maurício Chacur. A inadimplência de até 30 dias do BNDES subiu de 2,12%, no fim do quarto trimestre, para 2,24%, no primeiro trimestre. O movimento foi puxado pelo Estado do Rio, que firmou plano de recuperação fiscal com o governo federal e deixou de pagar suas dívidas com a União ou garantidas pelo Tesouro. Nas contas do BNDES, a inadimplência de até 30 dias cairia para 0,98% se a inadimplência do governo fluminense fosse desconsiderada.

O calote do Rio não preocupa porque foi combinado com o governo e as dívidas têm garantia do Tesouro. A melhora do ambiente na Bolsa permitiu ao BNDES ter ganho de R\$ 209 milhões com vendas de ações, especialmente da Petrobrás, e de R\$ 183 milhões com dividendos, sobretudo por causa do lucro da mineradora Vale. A redução de R\$ 301 milhões nas despesas com baixas contábeis também rendeu frutos para o lucro do BNDES. O diretor financeiro do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas, aproveitou a divulgação do balanço financeiro, ontem, para dizer que a situação do caixa está "muito bem" – o BNDES não terá problema em devolver R\$ 100 bilhões à União até o fim do ano.

O governo precisa desse dinheiro para cumprir a "regra de ouro", que proíbe que o endividamento público cresça mais do que os gastos com custeio. Segundo Freitas, nos quatro primeiros meses do ano, o pagamento antecipado de dívidas ao BNDES somou R\$ 12 bilhões. "As empresas estão pré-pagando o máximo possível, por causa da TLP." Ao longo do processo de queda na taxa básica de juros (a Selic), de 14,25% ao ano para 6,50%, a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo, juros do BNDES nos empréstimos até o fim de 2017) caiu menos e hoje está em 6,6% ao ano. Dessa forma, créditos antigos do BNDES ficaram tão ou mais caros do que outras opções do mercado e até mesmo do que novos financiamentos no próprio banco usando a TLP (a Taxa de Longo Prazo, nova taxa do BNDES).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás vai à Justiça contra oito bancos

Estatual tenta garantir que processo por cartel no mercado de câmbio não prescreva em julho

A Petrobrás entrou com uma notificação judicial, no dia 2 de maio, contra oito bancos com atuação no mercado brasileiro de câmbio – BBM, BNP Paribas Brasil, BTG Pactual, Bradesco (como representante dos bancos HSBC e Múltiplo), Itaú BBA (também como representante do Citibank), Santander

(também como representante do ABM Amro Real), Fibra e Banco Société Générale Brasil. Com essa medida, tenta interromper a prescrição de processo que venceria em julho, no qual esse conjunto de instituições financeiras responde por suposta formação de cartel para manipular taxas em benefício próprio.

A notificação da Petrobrás está em fase de autuação no cartório da 30.ª Vara Cível do Rio, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Na petição, além de procurar interromper a prescrição de um processo no qual a suposta formação de cartel já é questionada, a empresa pede que os bancos sejam comunicados dos seus questionamentos, para que, caso não cheguem a um acordo amigável, o caso continue sendo tratado pela Justiça. Procurados, sete bancos e a estatal não se pronunciaram.

O Itaú respondeu que "não participou de nenhuma atividade ilícita e, portanto, não gerou qualquer danos a terceiros". Perdas. A Petrobrás, assim como outras grandes empresas exportadoras, reclama dos prejuízos que podem ter sido causados se forem confirmadas as suspeitas de manipulação financeira. As denúncias são investigadas pelo Cade. Em um processo, de 2015, analisa operações cambiais no exterior (offshore) e, no outro, de 2016, transações realizadas no Brasil (onshore). Apenas no processo relativo às operações offshore, fechou cinco termos de compromisso de cessação (TCCs), que geraram multas de R\$ 183,5 milhões.

Na notificação, a estatal destaca que, segundo análise do Cade, "haveria fortes indícios de práticas anticompetitivas de fixação de preços e condições comerciais entre as instituições financeiras concorrentes". Afirma ainda que, em tese, os bancos teriam se unido para fixar níveis de preços (spread cambial) e para dificultar a atuação de outros operadores no mercado de câmbio. Como consequência, se confirmadas as suspeitas, as condições e os preços pagos pelos clientes nas operações com dólar foram distorcidas para elevar os lucros dos bancos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Claudia Safatle | De Brasília

Título: União cede à Petrobras mais 2 bilhões de barris

A União deve ceder à Petrobras, na revisão do contrato da cessão onerosa do pré-sal, algo entre 1 bilhão e 2 bilhões de barris de petróleo, além dos 5 bilhões do acordo original, segundo apurou o **Valor**. Governo e estatal estão perto de um acerto e é provável que a conclusão das negociações obedeça ao prazo do

dia 17, conforme previsto pela portaria que criou a comissão interministerial para tratar do assunto.

Os seis blocos da cessão onerosa abrigam 5 bilhões de barris que foram destinados à Petrobras no programa de capitalização da empresa aprovado pelo Congresso em 2010. No processo de revisão, porém, constatou-se que as reservas contemplam um excedente, estimado em cerca de 6 bilhões de barris. Parte desse volume, de até 2 bilhões de barris, vai para a estatal e o restante será leiloado ainda neste ano.

Chegou-se a considerar a hipótese, na comissão interministerial, de a Petrobras ser paga com os recursos que a União obterá com os bônus de assinatura que serão apurados no leilão do excedente do pré-sal. Esbarrou-se, contudo, na restrição legal que impõe um teto para a expansão do gasto federal.

Ontem houve mais uma reunião da comissão. Estavam presentes a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, e outras duas dezenas de representantes da Petrobras, do **Ministério de Minas e Energia** e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Diante da perspectiva de acordo, o governo se antecipou e apresentou panorama atualizado das conversas ao TCU. O objetivo é ter uma sinalização de aval antecipada do tribunal para evitar atrasos no edital e no leilão.

A imprevisibilidade sobre qual será o governo a partir de 2019 apressa as discussões. Esta pode ser a última oportunidade para as companhias estrangeiras entrarem no pré-sal brasileiro, avaliam fontes oficiais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Consumo de combustíveis perde fôlego e cai em março

Depois de começar em alta nos dois primeiros meses do ano, o consumo de combustíveis caiu 1% em março, na comparação com igual mês de 2017, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O mercado brasileiro, contudo, fechou o primeiro trimestre com um crescimento de 1,1%, frente a igual período do ano passado.

As vendas de diesel caíram 0,53% em março, mas no primeiro trimestre houve uma alta de 1,8%, frente a igual período do ano passado. Historicamente atrelado ao desempenho do PIB, o derivado mantém a trajetória de

recuperação iniciada em 2017, quando as vendas do combustível voltaram a crescer depois de dois anos em retração.

Impactado pela maior competitividade do etanol, o consumo de gasolina comum registrou uma retração de 8,18% no mês retrasado. Com uma queda acumulada de 9,5% no primeiro trimestre, o produto vem, em 2018, revertendo o viés de alta dos últimos dois anos. No ano passado, o mercado de gasolina tinha subido 2,63%.

Já as vendas de etanol hidratado subiram 35,9% em março e, nos três primeiros meses do ano, acumularam uma alta de 44,4%. o desempenho positivo é reflexo dos preços mais competitivos do biocombustível, frente à gasolina.

O impulso do hidratado, contudo, não foi suficiente para compensar o declínio da comercialização de gasolina. Os dados da ANP sugerem que o consumo no mercado do ciclo Otto (veículos leves que consomem etanol e/ou gasolina), tradicionalmente atrelado ao comportamento da renda das famílias, vem perdendo fôlego este ano. Quando somada a venda de gasolina e etanol, em litros de gasolina equivalente, houve uma queda de 1,6% nesse mercado, no primeiro trimestre.

O segmento de gás liquefeito de petróleo (GLP), por sua vez, recuou 2,3% em março e 1,1% no primeiro trimestre, seguindo o movimento de queda iniciado em 2017. Já as vendas de óleo combustível registraram uma retração 24,9% no mês e de 14,85 no trimestre.

No setor de aviação, houve uma alta de 2,85% nas vendas de querosene (QAV) em março e de 5,4% nos três primeiros meses do ano. A gasolina de aviação, por sua vez, recuou 5,4% no mês retrasado e 3,3% no trimestre. Já o consumo de querosene iluminante caiu 40,8% em março e 19,2% no primeiro trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Raymundo Costa

Título: Arde a chapa de Geraldo Alckmin

Os tucanos estão cobrando mais ativismo da campanha do ex-governador Geraldo Alckmin. O presidenciável do PSDB é conhecido por quase 80% do eleitorado, no entanto não chega aos 2% na pesquisa espontânea. O que é pior, oscilou negativamente na pesquisa eleitoral que a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) encomendou ao instituto MDA, divulgada ontem, na qual Jair Bolsonaro (PSL) lidera em todos os cenários nos quais o nome de Lula não é apresentado ao entrevistado.

Até sexta-feira dizia-se no PSDB que Alckmin poderia ficar onde estava nas pesquisas, até o início da propaganda eleitoral. Só não podia cair. Pois o ex-governador caiu. Dentro da margem de erro, mas caiu. A chapa de Alckmin está quente. Dentro e fora do PSDB (leia-se PMDB). A sombra do ex-prefeito João Doria paira cada vez maior sobre a candidatura do ex-governador. Não passou despercebido aos tucanos que Doria, oficialmente candidato ao governo estadual, em sua mensagem de Dias das Mães dirigiu-se às "mães de todo o Brasil" e não às de São Paulo.

Na campanha de Alckmin está tudo arrumadinho. Na semana passada o pré-candidato fez uma reunião com o PSDB no qual apresentou os encarregados de áreas da campanha. A parte mais emocionante da reunião foi o economista Persio Arida prometer que a meta na Presidência é zerar o déficit em dois anos. "Foi uma reunião sem graça, desanimada. É de exasperar", relatou um tucano. A reclamação aumenta à medida que o PSDB vê Bolsonaro, Ciro Gomes (PDT) e até Marina Silva (Rede Sustentabilidade) desfilando país a fora.

Ex-governador não quer aparecer ao lado de Temer

Queixa-se da estratégia de Alckmin de jogar parado. Não está dando certo, como indicam as pesquisas. O ex-governador, no entanto, não dá demonstração de que pretende mudar. Num encontro com representantes do mercado financeiro, Alckmin registrou que continua no páreo, enquanto vários outros ficaram na largada. Não citou nomes, mas ficou evidente que se referia ao apresentador de TV Luciano Huck e a João Doria - à época em que fez esse comentário Joaquim Barbosa não havia surgido como a novidade do pedaço, mas o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) cabe perfeitamente na metáfora geraldina.

Outro aspecto questionado é a falta de uma articulação política mais efetiva e de resultados. No meio da semana passada Alckmin tomou o café da manhã com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e no domingo o deputado deu uma entrevista dizendo que o ciclo do DEM com o PSDB estava no fim. "Ele fala com as pessoas mas não conversa", diz um tucano que esteve no centro da tentativa de se articular o PSDB com outro partido e a partir daí a tal candidatura de centro. A conversa entre as duas siglas voltou a esfriar, depois de aquecer na semana passada.

A tentativa começou com uma conversa de dois ex-presidentes em Nova York: Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, ambos preocupados com os riscos institucionais embutidos na crise política brasileira. Alckmin poderia ser o tão falado nome do centro para ganhar a eleição, tranquilizar e dar segurança aos mercados e recuperar o equilíbrio entre os Poderes da República, no próximo governo. O presidente Michel Temer concordou em falar com Alckmin, os dois

trocaram um telefonema no qual o ex-governador ficou de voltar a chamar para marcar uma conversa entre os dois em São Paulo. Temer está esperando até hoje.

Temer parece mais acessível a um acordo. O presidente, por exemplo, esperou por um sinal de Alckmin para nomear ministra a secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro. O presidente do PSDB não se manifestou e o ex-ministro Mendonça Filho (DEM) tratou de fazer o substituto. O presidente também abriu conversa com o ex-senador José Aníbal, suplente do senador José Serra, que poderia ocupar a Secretaria de Governo, vaga desde a transferência do **ministro Moreira Franco** para o Ministério das Minas e Energia. Aníbal conversou com Fernando Henrique e com Geraldo Alckmin. Mas não sentiu retaguarda para seguir adiante.

Na visão do Planalto o que ocorre é que Geraldo Alckmin quer tudo o que o governo Temer tem de positivo: o tempo de TV do PMDB, inflação e juros baixos, safra recorde, aumento do valor do benefício do Bolsa Família e a retomada do crescimento, após uma recessão de dois anos sem precedente no país, números que devem ser registrados hoje na comemoração dos dois anos de governo. Mas Alckmin não quer aparecer do lado de Temer e ser contagiado por seus baixos índices de popularidade.

O que o PSDB e Alckmin não parecem aceitar é que o ex-governador talvez também seja hoje vítima da mesma rejeição aos políticos e à política que atingem Temer. Numa época em que se atira pedras na política, não deixa de merecer registro que a política - e não só Fazenda e Banco Central - é que tirou o país da pior recessão de sua história. O centro precisa fazer ainda muita política para mostrar que é o porto seguro depois da tempestade.

Operação Netflix

Apesar de acreditar que seus problemas vão acabar quando começar o horário eleitoral gratuito - ele aposta firmemente na TV -, Geraldo Alckmin decidiu investir na "geração Netflix" na campanha. O candidato levou para cuidar das redes sociais o marqueteiro Marcelo Vitorino, vitorioso com Marcelo Crivella no Rio, que já fixou os quatro pilares da campanha: arrecadação, combate às fake news, produção de conteúdo segmentado e mobilização da militância. De olho na última eleição presidencial americana e nos altos níveis de abstenção verificados nas pesquisas, o PSDB quer fazer uma campanha para tirar o eleitor de casa para votar. A equipe das redes sociais deve ser de 50 pessoas, contra 130 de José Serra (2010) e 200 de Aécio Neves (2014).

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail: raymundo.costa@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Petrobras se adapta a lei de estatais e deixa de usar licitação por convite

Todo o processo de contratação da Petrobras estará de acordo com a Lei nº 13.303, a chamada Lei das Estatais, a partir de hoje. A adaptação, que vai acabar com o uso das licitações por convite, ocorre pouco mais de um mês antes do prazo limite de 30 de junho para que todas as companhias controladas pelo setor público cumpram a regra, contou Márcio Campanelli, gerente executivo de conformidade da Petrobras, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

Aprovada em junho de 2016, a Lei das Estatais determina regras mais rígidas em licitações e governança corporativa. As normas gerais de contratação estarão presentes no Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP).

Segundo Campanelli, em termos de governança a estatal petroleira já está adaptada à lei e agora caminha também para a conclusão no âmbito das licitações.

Após verificação de fornecedores, supervisão de integridade passará a incluir patrocínios

Antes de expandir para todas as unidades o novo modelo de contratação, a estatal petroleira primeiro realizou testes na Bacia de Campos e Espírito Santo, no qual a principal mudança foi a extinção das licitações por convite, sendo agora todas públicas, isto é, abertas para os interessados que se enquadrarem ao edital.

"Algumas áreas já aderiram à nova sistemática de contratação nos moldes da nova legislação e estamos testando nessas unidades (Bacia de Campos e Espírito Santo) para ver se tem algum aprimoramento. Agora em maio, um mês antes da nova legislação, todo o processo de contratação já estará moldado na Petrobras", contou.

Criada em 2014, a diretoria de governança e conformidade (compliance) da Petrobras, da qual Campanelli faz parte, veio na esteira da operação Lava-Jato, da Polícia Federal, e tem como objetivo a melhora de controles internos para evitar novos casos de irregularidades. "O compliance hoje na Petrobras está dentro de todo o processo decisório, tanto na governança como no dia a dia.

Tudo o que é feito na companhia passa por colegiados ou, no mínimo, há assinatura cruzada", disse.

Um dos programas da área de conformidade é o Due Diligence de Integridade (DDI), que já avaliou 16 mil fornecedores da Petrobras. "Verificamos antecedentes e como a empresa agiu. A questão não é ver se teve problemas no passado, mas quais mecanismos a companhia implementou para evitar que aconteça novamente."

O DDI, segundo Campanelli, foi recentemente ampliado para outras contrapartes além dos fornecedores, tais como clientes, entidades patrocinadas e empresas interessadas na compra de ativos, como parte do programa de desinvestimentos da Petrobras.

Em relação aos patrocínios, o executivo contou que foi assinado há duas semanas um acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para capacitação de 180 organizações não governamentais (ONGs) em gestão empresarial e compliance. "Vamos disseminar o assunto em entidades que recebem patrocínio", disse.

No caso de venda de ativos, Campanelli reiterou que as regras de conformidade estão em toda a sistemática, definida em cinco etapas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "Todas as áreas da empresa participam da sistemática de desinvestimento, como o jurídico e tributário. Também há avaliação dos riscos dos compradores."

A diretoria de governança e conformidade da Petrobras é independente, respondendo diretamente ao conselho de administração, e comandada desde a sua criação por João Elek, que deve deixar o cargo nas próximas semanas. Em seu lugar, tomará posse Rafael Mendes Gomes, eleito pelo conselho de administração no dia 25 de abril de 2018.

Gomes era sócio sênior do escritório Chediak Advogados, responsável pela área de conformidade e investigação. Segundo Márcio Campanelli, ele foi escolhido por uma headhunter, termo em inglês usado para companhias de recursos humanos especializadas em encontrar executivos no mercado. "Foi escolhido por um headhunter para ser independente e evitar qualquer tipo de influência. Ele deve tomar posse nas próximas semanas", contou.

O executivo não revelou quanto a Petrobras investiu em governança e conformidade nos últimos anos, mas afirmou que a diretoria "tem todos os recursos necessários". Hoje, a divisão conta com 500 funcionários, sendo nove gerentes com certificados internacionais na área. Em 2017, cerca de 46 mil

funcionários foram treinados em toda a Petrobras, incluindo a diretoria e conselho de administração.

Campanelli explicou que o desafio da área de conformidade é a "mudança cultural" de forma rápida, para que faça parte do DNA da empresa. "O compliance dá mais segurança na tomada de decisão, tranquilidade e evita custos relacionados às infrações."

O executivo lembrou que, em investigações recentes, como a Lava-Jato, muitas companhias tiveram impacto financeiro elevado por não ter programas do tipo. "As empresas são formadas por pessoas e historicamente podem ocorrer desvios, mas são individuais. Se a companhia identifica, pune e corrige, evita que recaia como ônus. E se acontecer, claramente não tem compactuação, porque a empresa tomou os cuidados necessários."

Embora não seja uma atribuição estrita da área de compliance, uma evidência da melhora nos processos da Petrobras está no fato de a empresa ter deixado de reportar à Securities and Exchange Commission (SEC), no relatório referente ao balanço de 2017, a existência de deficiências significativas em seus controles internos. Quando apresentou os demonstrativos sobre os anos de 2014, 2015 e 2016, a estatal teve que admitir problemas de controle, sendo o mais grave a ausência de uma "cultura ética" vinda da cúpula da companhia. No jargão da área, o "tone at the top" era inadequado. **(Colaborou Fernando Torres)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Funcionários vão autorizar TCU a ver declaração de IR

Todos os funcionários da Petrobras terão que dar uma autorização prévia para que órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, acessem seus dados de renda e patrimônio por órgãos de controle.

Segundo a estatal petroleira disse em nota ao **Valor**, os empregados não terão que entregar cópias das declarações de Imposto de Renda aos seus superiores nem à área de recursos humanos da própria companhia. A autorização prévia é para o órgão de controle poder pedir acesso aos dados à Receita Federal, caso haja alguma investigação em curso.

Segundo a empresa, essa é uma adequação aos procedimentos relacionados às informações de Bens e Rendimentos à legislação vigente, conforme a Instrução Normativa nº 67, de 6 de julho de 2011 do TCU. A nova regra já se aplica às declarações entregues este ano, referentes a 2017.

A empresa esclareceu que, até o ano passado, apenas os funcionários com cargo de gestão estavam sujeitos à regra. No entanto, em reunião realizada em outubro de 2017, o tema foi tratado com representantes de órgãos de controle e a área jurídica avaliou que a obrigação legal deve ser estender a todos os empregados, independentemente de ocuparem ou não funções de confiança. "Assim, os procedimentos da companhia foram alterados a partir deste ano", informou a Petrobras, em nota.

Outras estatais, como Caixa Econômica Federal, Infraero e Dataprev já adotam o mesmo procedimento para todos os empregados. Na prática, o processo equipara, nesses aspectos, os funcionários de estatais aos servidores públicos da administração direta.

O artigo 13 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) estabelece que "a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente".

"A definição de agente público, extraída da leitura dos artigos 1º e 2º da mesma Lei, abrange aqueles que exercem emprego na administração indireta, abarcando assim todos os empregados da Petrobras, quer sejam ocupantes de função de confiança ou não", afirmou a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Camila Maia | De São Paulo

Título: CTG inicia segunda fase de modernização de Jupia e Ilha Solteira

Depois de investir mais de R\$ 23 bilhões na formação de um portfólio de 8,27 gigawatts (GW) em geração de energia no Brasil, a China Three Gorges (CTG) caminha para a segunda etapa de um programa de modernização das hidrelétricas Jupia e Ilha Solteira, construídas no interior de São Paulo. A previsão é de investimentos de R\$ 704 milhões por meio de contratos com empresas chinesas, além da americana GE e da brasileira WEG.

"As usinas são muito antigas, analógicas, com medidores e ponteiros. Isso implica em uma confiabilidade menor da operação. Estamos fazendo um investimento grande para trazer as usinas para o século XXI, com tudo que há de melhor", afirmou Evandro Vasconcelos, vice-presidente da CTG Brasil, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

As hidrelétricas Ilha Solteira (3,44 GW de potência) e Jupia (1,551 GW de potência) pertenciam à Cesp e foram arrematadas pela CTG em um leilão no fim

de 2015, por R\$ 13,8 bilhões em bonificação pelas outorgas. Desde a aquisição, a chinesa dona da maior hidrelétrica do mundo - Três Gargantas, na China - lançou um programa de revitalização voltado aos dois ativos, no valor total de R\$ 3 bilhões.

A primeira etapa desse programa, que deve ser concluída em agosto, envolveu R\$ 300 milhões em investimentos voltados para duas máquinas em Jupiá e duas máquinas em Ilha Solteira. Segundo Vasconcelos, essa primeira etapa, chamada de projeto piloto pela companhia, permitiu que a CTG aprendesse com o processo.

Na segunda etapa serão envolvidas oito máquinas, quatro de cada hidrelétrica. No total, ambas somam 34 máquinas que serão reformadas ao longo de todo o processo de modernização. Para essa parte do projeto, a CTG abriu uma licitação internacional, da qual saíram vencedoras WEG, GE (líder de um consórcio com outras duas chinesas) e a chinesa Sepco1, cada uma responsável por uma fase da reforma.

A multinacional americana vai liderar o consórcio responsável pela reforma das máquinas, em parceria com as chinesas Harbin Electric Machinery Company Limited e Chinese Power Construction Corporation.

A WEG vai fornecer os transformadores elevadores - equipamentos que recebem a energia elétrica e a transformam em alta tensão - para todas as 30 máquinas que ainda não foram modernizadas. "Para que o projeto tenha uniformidade, vamos contratar todos os transformadores agora", disse Vasconcelos.

A terceira parte é a instalação da automação nas usinas, licitação vendida pela chinesa Sepco1. "Determinamos especificações, ela vai fazer como a CTG determinar", disse o executivo.

Como as máquinas não podem ser paralisadas todas ao mesmo tempo, o plano deve ser concluído em até dez anos

Outra condição colocada pela companhia foi a exigência de que as empresas vencedoras da licitação prestem assistência técnica à CTG durante 10 anos depois da conclusão do projeto. "Não adianta a empresa ter sede na Alemanha ou na China e não ter uma unidade no Brasil para nos prestar a assistência", afirmou o executivo.

Como as usinas são grandes e as máquinas não podem ser todas paralisadas ao mesmo tempo, a modernização deve levar até dez anos para ser concluída. A etapa atual, que mira as máquinas que estavam em piores condições, vai até

2021. As interrupções das máquinas serão realizadas entre este ano e o próximo, mas a instalação da automação vai até 2021.

A CTG descartou a possibilidade de repotencialização das usinas, uma vez que ambas já têm potências compatíveis com a disponibilidade do rio. "Não teríamos água para produzir mais energia, elas estão bem dimensionadas", disse Vasconcelos.

"Esse não é um projeto só da CTG, é um projeto para o Brasil", afirmou Vasconcelos, lembrando que o país teve um grande pico de investimentos em hidrelétricas no passado, mas não se voltou para reforma e modernização desses ativos. "Elas não têm automação, muitas das usinas são analógicas, com sistemas atrasados que podem comprometer o sistema."

O início das operações de Jupia foi em 1969, enquanto Ilha Solteira começou a gerar energia em 1974. Ambos os contratos de concessão vigentes hoje vão até 2056. Segundo Vasconcelos, Ilha Solteira é ainda mais importante para o sistema elétrico devido à sua localização, num eixo importante entre Sul e Sudeste, ajudando a evitar blecautes. "É um investimento importante para o Brasil", disse.

Segundo Vasconcelos, a companhia foi ao **Ministério de Minas e Energia (MME)** conversar sobre a modernização das usinas, e seu projeto foi muito bem recebido. "Também fomos ao BNDES, que viu com bons olhos e deve criar uma linha nova de financiamento especial para modernização dos ativos, que é uma demanda reprimida hoje", disse.

Atualmente, todo o financiamento da modernização está sendo feito pela sede na China. "Avaliamos lançar debêntures de infraestrutura no futuro, mas hoje, tocamos o projeto e quem está dando as garantias é o acionista."

Questionado sobre oportunidades de aquisições ou novos investimentos, Vasconcelos disse que o foco da empresa é na modernização dos ativos adquiridos, mas que "avalia todas as oportunidades no mercado", desde que sejam em geração.

"A prioridade nos investimentos em manutenção foi dada porque havia máquinas em condições muito críticas, principalmente geradores. Havia um risco grande de queima, que poderia exigir a parada de máquinas por um período maior", disse.

A companhia estuda oportunidades de aquisições e investimentos em projetos de geração solar e eólica. "O risco dos geradores hidráulicos tem aumentado muito em função do GSF [sigla em inglês para o déficit de geração das hidrelétricas], avaliamos diversificar nosso portfólio para minimizar isso", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Juliana Machado, Marcelle Gutierrez e Renato Rostás | De São Paulo****Título: Sem perspectiva de oferta, ação da EDP cai 11% na B3**

Depois de na semana passada chegarem ao maior valor de sua história, as ações da EDP Energias do Brasil caíram no pregão de ontem da B3, com os investidores deixando de considerar que a China Three Gorges (CTG) fará também uma oferta para comprar a subsidiária brasileira do grupo português.

Os papéis recuaram 10,9%, para R\$ 13,90, na maior perda do Ibovespa, principal índice da bolsa. O volume financeiro negociado também chamou a atenção, com R\$ 154,9 milhões - o maior de 2018 e o triplo da média observada durante maio. Na sexta-feira, os ativos haviam subido 15,6%, para R\$ 15,60.

A CTG divulgou a intenção de pagar € 3,26 por ação da EDP em Portugal e € 7,33 pela Renováveis na sexta, o que avalia o grupo em € 11 bilhões. Ávidos por uma oferta semelhante no Brasil, os investidores apostaram nas altas dos papéis. Conforme o **Valor** adiantou na edição de ontem, entretanto, a gigante chinesa deixa claro no edital que só lançará a oferta se não tiver de fazê-lo por aqui.

O choque de realidade veio principalmente com dois relatórios de bancos, do Bradesco e do BTG Pactual, que afastaram a possibilidade de uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) na B3.

O Bradesco cortou sua recomendação sobre os papéis, de compra para neutra, e o preço-alvo, de R\$ 18,80 para R\$ 18. Segundo o banco, não só o edital como a Lei das S.As brasileira dão subsídio para a CTG. No caso do BTG, os analistas ressaltam que uma decisão final quanto ao direito ou não de "tag along" para os acionistas minoritários dependerá da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Renato Rostás | De São Paulo****Título: CSN sai do aço nos EUA por US\$ 400 mi**

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vendeu ontem o segundo ativo de seu programa de desinvestimentos lançado há quase três anos, com o objetivo de reduzir a dívida. A empresa está se desfazendo da LLC, como é conhecida a laminadora de aço que mantém em Indiana, nos EUA, para a Steel Dynamics, por US\$ 400 milhões. Segundo a brasileira, o resultado final da transação deve reduzir seu endividamento líquido em aproximadamente R\$ 1,8 bilhão.

Segundo o comunicado, anunciado primeiro pela compradora ao mercado americano, a transação envolve US\$ 340 milhões a serem pagos em dinheiro, mais US\$ 60 milhões em capital de giro ajustado para a operação. O valor do capital de giro está sujeito a ajustes de preço, a depender do mercado, de acordo com a nota publicada pela Steel Dynamics.

A usina de Heartland, hoje conhecida como CSN LLC, tem capacidade anual de processar 1 milhão de toneladas de laminados a frio por ano, das quais 360 mil toneladas são galvanizadas - aço com banho a zinco. Os produtos são usados principalmente para suprir a necessidade do setor automotivo americano.

Como não há um laminador de tiras a quente no local, primeiro passo antes da laminação a frio, a siderúrgica costumava enviar bobinas a quente direto da usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ) para a subsidiária nos EUA. O processo, contudo, ficou mais difícil após o governo americano impor tarifa de 25% à importação de aço, que atingiu o insumo.

A CSN já havia informado que, na ausência de comprador, iria investir cerca de US\$ 80 milhões para dobrar a galvanização, por conta das boas perspectivas do mercado de aço nos EUA. A Steel Dynamics tem uma unidade próxima à LLC e já tinha fornecido bobinas a quente para a companhia no passado.

Desde 2015, a CSN tenta vender ativos para abater o endividamento, em movimento iniciado após tanto a área de siderurgia - pela crise econômica no país - quanto a de mineração - depois da derrocada dos preços internacionais do minério de ferro - passarem por dificuldades financeiras.

O valor ficou abaixo das expectativas de Steinbruch, que esperava levantar algo acima de US\$ 500 milhões. Outro ativo vendido nesse programa de desinvestimentos foi a fabricante de latas de aço Metalic, por US\$ 100 milhões. A empresa também se desfez de ações em tesouraria, por pouco mais de R\$ 250 milhões. No total, são cerca de R\$ 2 bilhões. Em quatro anos, a Gerdau levantou aproximadamente R\$ 6,3 bilhões.

A CSN divulgou ontem lucro líquido de R\$ 1,48 bilhão no primeiro trimestre, mais de 12 vezes o ganho no mesmo período de 2017. A receita líquida ficou em R\$ 5,06 bilhões, alta de 15% na comparação anual. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado no primeiro trimestre de 2018 atingiu R\$ 1,24 bilhão, queda de 7% sobre o primeiro trimestre de 2017. A dívida líquida ajustada ao fim de março estava em R\$ 26,5 bilhões, alta de 1% sobre o montante no fim de dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Maria Luíza Filgueiras e Talita Moreira | De São Paulo****Título: Petrobras recebe propostas pela PetroAfrica**

A Petrobras e o BTG Pactual estão conduzido, em conjunto, as negociações de venda de suas participações na PetroAfrica e começaram a receber as primeiras propostas vinculantes. Ao menos dois grupos entraram com propostas nessa fase, segundo o **Valor** apurou. A joint-venture foi criada em 2013 para exploração e produção de óleo e gás no continente africano. Desde novembro, os acionistas conversam com interessados, mas a fase de recebimento de propostas vinculantes começou em março e será encerrada dentro de um mês, segundo duas fontes.

Dois campos da PetroAfrica são operados pela francesa Total e um campo é operado pela americana Chevron, candidatas naturais na disputa. Mas há ainda fundos de investimento participando do processo, além de outras empresas produtoras, como a Lukoil.

A Petrobras tem 50% da empresa, o BTG tem 40% e a Helios Investment Partners tem 10%. Quando o BTG comprou participação de 50% na empresa, a PetroAfrica foi avaliada em US\$ 3 bilhões (a Helios entrou depois, comprando do banco uma fatia minoritária). Recebidas as propostas vinculantes, os acionistas entrarão em exclusividade de negociação com quem fizer a melhor oferta. Nessa fase, as empresas devem levar pelo menos dois meses, segundo uma fonte, e dependem da aprovação em seus conselhos de administração para assinatura de contrato.

Assim, o processo de venda, que já dura cerca de sete meses, não será finalizado antes do terceiro trimestre. Em entrevista ao **Valor**, o diretor financeiro do BTG, João Dantas, disse que se trata de um processo complexo por ser "um ativo internacional e com discussões com investidores do mundo todo". Dantas afirmou que o comprador não foi definido, mas que a venda pode ser concluída em breve.

"É o maior desinvestimento que o banco tem a fazer e devemos ter uma resolução de curto prazo", afirmou. Dantas descartou que o fechamento da transação aconteça ainda no segundo trimestre, em linha com o que informaram as outras fontes.

A Petrobras também já incluiu a PetroAfrica formalmente em seu plano de venda de ativos, desde o ano passado. A empresa possui participação em dois blocos em águas profundas de classe mundial na Nigéria, onde estão os campos

produtores de Akpo e Agbami, o campo de Egina, que está em fase de desenvolvimento e deve ter início da produção no fim deste ano, e o campo Preoweí, recém-descoberto e em fase de avaliação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Petroleiros se reúnem para discutir greve geral

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) decide amanhã os rumos de uma possível paralisação geral, disse o coordenador geral da entidade, José Maria Rangel. Ao todo, onze dos treze sindicatos vinculados à FUP já aprovaram indicativo de uma greve nacional por tempo indeterminado, em reação ao programa de venda de ativos da companhia e à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A pauta também incluirá a recente decisão da Petrobras de pedir a todos os seus 62 mil empregados que autorizarem os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a acessarem os dados de bens e rendas declarados na Receita Federal. O **Valor** apurou que as áreas jurídicas dos sindicatos ainda não fecharam um entendimento sobre o assunto.

Em mensagem aos seus empregados, na semana passada, a estatal esclareceu que a medida é respaldada pelo artigo 13 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que estabelece que "a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivado no serviço de pessoal competente".

A Petrobras argumenta ainda que está se adequando à Instrução Normativa nº 67, de 6 de julho de 2011, do TCU, e cita que a Caixa Econômica Federal, Infraero e Dataprev já seguem o mesmo procedimento. Para Rangel, da FUP, no entanto, a medida cria um "clima policiaisco desnecessário" entre os funcionários da companhia. O prazo para que os empregados autorizem o acesso é até 30 de junho.

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que reúne outros cinco sindicatos dos petroleiros, também está se movendo e definiu na semana passada um calendário de mobilizações para o mês. O indicativo da FNP é que seja aprovado o estado de greve nas bases.

Outro assunto em pauta na mesa dos sindicatos é o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR). Os petroleiros contestam a nova forma de cálculo

proposta pela estatal. Segundo a FNP, a companhia passou a considerar, na base de seus cálculos, a soma da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) mais o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) ou Função Gratificada - o que for maior. Já os petroleiros alegam que, no conceito vigente, o cálculo inclui todas, e não somente algumas, das remunerações que o empregado recebeu durante o ano, inclusive a média das horas extras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Estatal entra na Justiça do Rio contra oito bancos

A Petrobras entrou na Justiça do Rio de Janeiro com um pedido de notificação contra oito grandes bancos, estrangeiros e nacionais, por suposto esquema de manipulação das taxas de câmbio no país. A petroleira pede a interrupção do prazo de prescrição, enquanto ainda avaliará se entrará com uma ação judicial, "caso as partes não se componham amigavelmente em tempo hábil e razoável" para uma solução do litígio.

A estatal pediu que fossem notificados o Fibra, Société Générale, BNP Paribas, além do Bradesco, Itaú, Santander, BTG Pactual e Citibank. O processo tramita na 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio desde o dia 2 de maio. O **Valor** apurou que as partes ainda não foram intimadas.

A Petrobras é uma compradora relevante de câmbio e entende que está entre as potenciais prejudicadas pelo esquema de manipulação, caso as investigações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) confirmem a fraude. No pedido, a Petrobras cita que movimentou R\$ 168 bilhões em compra e venda de câmbio somente em 2017 e que "os processos no Cade estão em curso, sem qualquer manifestação conclusiva pelo órgão em relação ao tema".

O órgão antitruste apura indícios de práticas anticompetitivas em acordos entre bancos para a fixação de preços e compartilhamento de informações sensíveis, como a posição de clientes sobre o esquema. São investigados a ABN Amro, BBM, BNP Paribas, BTG Pactual, Citibank, Fibra, Itaú BBA, Santander Brasil, Société Générale e Kirton (antigo HSBC Brasil, adquirido pelo Bradesco).

As investigações começaram em 2015 e, inicialmente, estavam restritas às operações realizadas fora do país, por bancos estrangeiros. No ano seguinte, Barclays, Citi, Deutsche Bank, HSBC e J.P. Morgan assumiram participação no esquema e se comprometeram com o Cade a pagar uma multa de R\$ 183,5 milhões. Junto com esse acordo, o órgão abriu um novo processo, desta vez envolvendo os negócios realizados no Brasil.

O Cade relata práticas supostamente adotadas para influenciar a formação da taxa de câmbio nas operações liquidadas no país. Uma delas teria sido por meio da coordenação das transações, o que fazia com que os bancos negociassem na mesma "direção" e no mesmo momento. Os participantes do esquema também compartilhavam suas posições, muitas vezes no dia anterior, o que possibilitava "prever" o comportamento do mercado na sessão seguinte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Patti Waldmeir e Ed Crooks | Financial Times, de Chicago e Nova York

Título: Sanções e tarifas de Trump afetam alumínio

A combinação das tarifas sobre o alumínio aplicadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e das sanções americanas contra a Rússia, maior produtora fora da China, criou mais agitação no mercado do metal do que em qualquer outra época desde o fim da União Soviética, segundo um dos principais executivos do setor.

"Houve poucas vezes na indústria do alumínio nos tempos modernos em que aconteceram mudanças tão grandes", disse o presidente da Novelis North America, Marco Palmieri, em entrevista para o "Financial Times".

A Novelis North America é uma das maiores fornecedoras de produtos de alumínio laminado para as indústrias automotiva e de bebidas. Palmieri é membro da Associação de Alumínio da América do Norte.

"No passado vimos preços do alumínio mais altos do que estão hoje", afirmou. "Mas do que não gostamos é da volatilidade, da incerteza", completou.

Nos EUA, os usuários do metal, que é usado por indústrias como as de latas de cerveja, carros e aeronaves, passaram a encontrar dificuldade para obter o fornecimento do produto depois que o governo americano impôs as tarifas de importação, com base na Seção 232 da Lei de Expansão do Comércio Exterior de 1962, elaborada para proteger a segurança nacional.

Os Estados Unidos começaram a cobrar tarifa de 10% sobre as importações de alumínio em 23 de março, enquanto as sanções contra a produtora russa Rusal foram anunciadas duas semanas depois, provocando a maior instabilidade no mercado do metal desde o início dos anos 90, de acordo com Palmieri. "O fato de que as duas coisas aconteceram simultaneamente [...] exacerbou o impacto."

As cotações estavam em alta mesmo antes da imposição das tarifas. Os preços internacionais do alumínio subiram 63%, de US\$ 1.434 para US\$ 2.331 por tonelada, entre o fim de 2015 e a semana passada, o que exerce pressão sobre os lucros das montadoras de carros e outros grandes usuários do metal.

O anúncio das tarifas provocou forte alta no ágio sobre os preços internacionais do alumínio entregue na região Meio-Oeste dos EUA, segundo a S&P Global Platts. O ágio, que no começo do ano estava em US\$ 0,095 por libra-peso, na semana passada estava em US\$ 0,22.

Acredita-se que os Estados Unidos deverão continuar sendo um grande importador de alumínio, embora as tarifas tenham levado à reativação de algumas operações no país - objetivo da Casa Branca de Trump - como a anunciada pela produtora americana Century Aluminum.

"Mesmo se toda a capacidade de metal primário nos EUA for reativada, a produção máxima seria de 2 milhões de toneladas por ano", disse Palmieri. "E precisamos de mais de 5 milhões de toneladas por ano", afirmou.

Palmieri criticou a abordagem tarifária da Casa Branca. "O problema da indústria de alumínio é o excesso de capacidade na China", afirmou. Qualquer coisa que se faça para estimular a indústria do alumínio nos EUA tem de ser direcionado à China e não [...] a países que jogam dentro das regras."

O preço da sucata de alumínio nos EUA poderia diminuir se as exportações americanas desse material à China forem impactadas pelas tarifas impostas por Pequim, disse Palmieri.

A Novelis North America estuda ampliar o uso de sucata de alumínio em suas instalações produtivas nos EUA, mas Palmieri ressaltou que a maioria das exportações americanas do material são de qualidade muito baixa para que sua empresa as aproveite.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Petrobras dá suporte, mas bolsa começa a semana no zero a zero

A Petrobras continua fornecendo ao Ibovespa o suporte necessário para o índice seguir em alta, mas a pressão por um ajuste mais forte levou o índice a se acomodar ontem abaixo dos 86 mil pontos, com o enfraquecimento no ritmo das bolsas no exterior.

O Ibovespa fechou praticamente estável, com alta de 0,01%, aos 85.232 pontos, depois de oscilar à mínima de 84.688 pontos (-0,62%) e à máxima de 86.105 pontos (+1,04%). O giro foi de R\$ 10,3 bilhões.

De um lado, a valorização das ações da Vale (3,12%) e dos papéis ordinários (4,15%) e preferenciais (3,14%) da Petrobras colaborou. O dia forte para as "blue chips" foi uma resposta à alta dos preços das commodities no exterior. Além disso, no caso da Petrobras, os investidores seguem apostando no ganho potencial com a possível resolução, ainda nesta semana, do imbróglio sobre a cessão onerosa.

Na outra ponta, porém, a bolsa encontra espaço para uma acomodação abaixo dos 86 mil pontos porque investidores do "day trade" acabaram impulsionando uma correção - são operações em que os lucros são obtidos durante um mesmo pregão.

No exterior, as bolsas de Nova York também devolveram a maior parte dos ganhos iniciais, mas conseguiram sustentar leve alta com o sinal de alívio das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China. O Dow Jones subiu 0,27%, aos 24.899,41 pontos, o S&P 500 avançou 0,09%, aos 2.730,13 pontos, e o Nasdaq registrou ganho de 0,11%, aos 7.411,31 pontos. O setor de energia voltou a liderar ganhos em Wall Street com o recente rali do petróleo: o barril do Brent retomou ontem a máxima desde novembro de 2014 em meio à onda de violência no Oriente Médio, que alimentou receios sobre a redução da oferta da commodity.

Entre os destaques, a EDP Energias do Brasil foi a maior queda (10,90%), após subir mais de 15% na sexta-feira. A Estácio (baixa de 7,45%) também contou com forte saída do investidor, que busca evitar o setor de educação, uma dinâmica que vem acontecendo desde a semana passada, depois que a Kroton frustrou ao divulgar projeções mais fracas para 2018.

A Qualicorp também ficou entre as maiores quedas (6,32%), antecipando a saída da carteira do índice MSCI Brazil. Um dos principais fornecedores globais de análises e índices, o MSCI anunciou o rebalanceamento de suas carteiras, e o índice do Brasil passará a contar com as ações do IRB Brasil Resseguros, do Magazine Luiza e da BR Distribuidora. Além da Qualicorp, saem da carteira as units da Taesa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por André Ramalho | Do Rio.

Título: Companhia migra para Nível 2 da B3

A Petrobras espera que, com a adesão das ações da empresa ao Nível 2, da B3, haja um alinhamento maior entre os preços dos papéis preferenciais e ordinários na bolsa, disse a gerente-executiva de relações com investidores da companhia, Isabela da Rocha. Desde ontem, as ações da petroleira são negociadas no segmento especial de listagem da bolsa.

As mudanças na governança, exigidas no segmento especial da bolsa, segundo ela, permitirão um tratamento "mais equilibrado" entre os acionistas da empresa e aproximar mais os preferencialistas dos ordinaristas no processo de participação na governança da companhia.

Ontem, os papéis PN fecharam o dia cotados a R\$ 26,27, ou seja, com um desconto de cerca de R\$ 4 em relação às ações ON, que encerraram o pregão a R\$ 30,38.

"Pode ser que tenha, sim, um alinhamento maior entre essas ações [PN e ON]", disse a gerente, durante teleconferência com jornalistas.

Isabela destacou que também espera um interesse maior por parte dos investidores, pela petroleira. "Há investidores que são muito focados em aspectos de governança e temos dado atenção a esses investidores. [A adesão ao Nível 2] Pode atrair maior confiança por parte dos investidores", afirmou.

Para o gerente-executivo de governança da Petrobras, Pedro Sutter, a adesão da companhia ao Nível 2 da B3 é um caminho sem volta. "O custo de sair do Nível 2, para os acionistas e para os 'stakeholders', é muito alto", disse.

Com a adesão ao Nível 2, a Petrobras se compromete a dar maior representação aos detentores de PN, a partir da ampliação das atribuições do comitê de minoritários, composto por um conselheiro independente e pelos conselheiros eleitos pelos preferencialistas e ordinaristas. Na prática, os preferencialistas continuam impedidos de votar, mas terão direito, por meio do comitê, a opinar e ter seus posicionamentos registrados nas votações. Além disso, para atender às exigências do Nível 2, a Petrobras passou a divulgar calendário anual de eventos societários; e a garantir a concessão de 100% de proteção aos minoritários ("tag along") para ações preferenciais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Francisco Góes e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: BNDES lucra R\$ 2 bi com reversão de provisões e venda de participações

O lucro de R\$ 2 bilhões obtido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no primeiro trimestre do ano, com alta de 453% sobre igual período de 2017, foi impulsionado por dois fatores. Um deles foi a reversão de despesas com provisões para risco de crédito. O outro foi a melhora nos resultados com participações societárias, com destaques para a venda de ações de Petrobras da carteira da BNDESPar, braço de participações acionárias do BNDES, que registrou prejuízo de R\$ 261 milhões no primeiro trimestre de 2018.

O resultado da BNDESPar foi motivado pelas novas regras contábeis internacionais, o IRFS 9, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018, disse Vânia Borgerth, contadora do banco e ex-superintendente de controladoria do BNDES. Caso essa regra não fosse considerada, o lucro da BNDESPar seria de R\$ 570 milhões, disse Vânia. Ela afirmou que parte do resultado com alienações de ações, que antes ia para o resultado da BNDESPar, agora fica no patrimônio líquido. A partir da nova regra contábil, o lucro não irá mais se referir ao resultado econômico do período. "Será preciso incorporar um conceito chamado resultado abrangente, que considera o lucro societário mais os ganhos econômicos que não transitam mais pelo resultado do exercício." No primeiro trimestre, a BNDESPar obteve R\$ 831 milhões com a alienações.

A carteira de renda variável da BNDESPar encerrou março com valorização de R\$ 15,5 bilhões nas empresas não coligadas. Essa valorização se deu sobretudo como resultado das ações de Petrobras. Vânia disse ainda que o banco já reduziu quase 95% de sua exposição excedente em Petrobras. A resolução 4.430, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu em 2015 que o limite de exposição por cliente do BNDES é de 25%. O BNDES teria até junho de 2018 para eliminar 20% do excesso de exposição à Petrobras, em uma redução progressiva. A norma estabelece redução de 40% até junho de 2021 e do saldo remanescente até junho de 2024.

"Conseguimos reduzir esse excesso [de Petrobras] de forma considerável, quase zeramos na posição de dezembro de 2017, então não vislumbramos riscos no curto prazo no atendimento a essa norma", disse Vânia. Tudo vai depender, no entanto, da valorização das ações da petroleira. "Essa é uma questão que discutimos com o Banco Central em relação a essa norma, o desenquadramento passivo. Há uma discussão em relação à adequação da norma por conta disso", afirmou o diretor da área jurídica do BNDES, Marcelo de Siqueira Freitas.

Maurício Chacur, superintendente da área de gestão de riscos, integridade e controladoria do BNDES, disse que a melhora da saúde financeira das empresas levou o banco a reduzir a sua previsão com provisionamento. Depois de reverter provisões feitas no ano passado, o BNDES registrou um saldo positivo de R\$ 361

milhões na linha de provisão para risco de crédito. No primeiro trimestre de 2017, o banco havia provisionado R\$ 3,3 bilhões nessa rubrica.

Carlos Thadeu de Freitas, diretor das áreas financeira e de crédito do BNDES, disse que o banco está "muito bem de caixa" e previu que "vai sobrar caixa" no fim do ano. Ele afirmou que em quatro meses o banco recebeu cerca de R\$ 12 bilhões em pré-pagamentos feitos por empresas que estão liquidando dívidas indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Segundo ele, quem tinha dívida em TJLP está pré-pagando e tomando dinheiro na Taxa de Longo Prazo (TLP) ou outros mecanismos de financiamento de mercado.

Nesse cenário, os passivos do banco caíram para R\$ 860,1 bilhões no primeiro trimestre, ante R\$ 872,7 bilhões em março do ano passado. A queda ocorreu porque as amortizações foram superiores às concessões de novos empréstimos. O patrimônio líquido do banco também aumentou para R\$ 74,1 bilhões ao fim do primeiro trimestre e o patrimônio de referência, que serve de base de cálculo para os limites prudenciais, ficou em R\$ 163,1 bilhões, acima dos R\$ 146,3 bilhões de dezembro de 2017. A inadimplência de 30 dias ficou em 2,24% ao fim de março, mas excluindo os créditos que têm garantia da União, caso do Estado do Rio, essa taxa de inadimplência fica em 0,98%, disse o BNDES.

MME / ASCOM .